

DERRUBANDO
MUROS



AGENDA IMPRESINDÍVEL 2026

— DA AGENDA INADIÁVEL DE 2022 —
PARA A AGENDA IMPRESINDÍVEL EM 2026



INSTITUIÇÕES
QUE FUNCIONAM



PROSPERIDADE
COM IGUALDADE



UM PROJETO
PARA O BRASIL



GESTÃO, TECNOLOGIA
E RESULTADOS

DIAGNOSTICAR É IMPORTANTE. REALIZAR É ESSENCIAL.
O FUTURO COMEÇA AGORA.

Sumário

- **A Arquitetura da Agenda**
 - **Declaração de Posição**
 - **Apresentação** · Da Agenda Inadiável 2022 à Agenda Imprescindível 2026
 - **Síntese Executiva** · Doze ideias que organizam um projeto nacional
-

- I **Visão de País** · Um País que Escolhe o Seu Destino
 - II **Estratégia Nacional** · O Brasil que Queremos Construir
 - III **Economia** · Política Econômica para a Prosperidade
 - IV **Política e Estado** · Reforma Política e o Estado que Entrega
 - V **Inclusão Social** · Prosperidade com Igualdade de Oportunidades
 - VI **Indústria e Competitividade** · Motor de Produtividade
 - VII **Educação** · Educação para a Sociedade do Conhecimento
 - VIII **Tecnologia e Inovação** · Inteligência Artificial, Inovação e Soberania
 - IX **Sustentabilidade** · Bioeconomia, Transição Energética e Prosperidade
 - X **Saúde** · Saúde e Longevidade
 - XI **Segurança** · Segurança Pública e Estado de Direito
 - XII **Inserção Internacional e Protagonismo Brasileiro**
-

- **Conclusão** · A Agenda Imprescindível
 - **Integrantes do Derrubando Muros**
-

A Arquitetura da Agenda

A Agenda Imprescindível 2026 propõe um projeto nacional para o Brasil. Governos executam mandatos. Projetos nacionais definem a direção de uma sociedade. Esta Agenda organiza esse projeto em torno de cinco ideias fundamentais. Cada uma responde a uma pergunta indispensável. Juntas, respondem a uma única questão: como transformar o extraordinário potencial brasileiro em prosperidade com igualdade de oportunidades.

FUTURO Por que esta geração reúne condições excepcionais para mudar a trajetória do Brasil? Capítulos I (Visão de País), II (Estratégia Nacional) e Conclusão.

PROSPERIDADE Como prosperidade e igualdade de oportunidades passam a impulsionar uma à outra? Capítulos III (Economia), VI (Indústria e Competitividade), VIII (Tecnologia e Inovação) e IX (Sustentabilidade).

REALIZAÇÃO Como remover as barreiras que impedem o Brasil de transformar potencial em realização? Capítulo IV (Política e Estado), eixo habilitador das demais transformações.

PESSOAS Como ampliar as capacidades das pessoas para que cada brasileiro possa aprender, empreender, inovar e construir seu próprio projeto de vida? Capítulos V (Inclusão Social), VII (Educação) e X (Saúde).

SOBERANIA Como preservar a liberdade, proteger os interesses nacionais e ampliar o protagonismo brasileiro em um mundo em transformação? Capítulos XI (Segurança) e XII (Inserção Internacional).

Conhecer os problemas deixou de ser o principal desafio do Brasil. O desafio passou a ser transformar conhecimento em realização. As páginas seguintes mostram por que esses cinco eixos formam um único projeto nacional e por que sua realização deixou de ser apenas desejável para se tornar imprescindível.

Declaração de Posição

Esta Agenda nasce para unir. É suprapartidária porque pretende construir um projeto nacional, não representar um projeto de poder. Une todos aqueles que reconhecem na democracia liberal, na prosperidade, na igualdade de oportunidades e no fortalecimento das instituições as bases de um Brasil mais livre, mais justo e mais desenvolvido.

Unir não significa neutralidade diante dos obstáculos que limitam o país. Os principais adversários desta Agenda não são pessoas nem partidos. São estruturas.

O patrimonialismo captura o Estado para servir interesses privados em lugar do interesse público. O corporativismo subordina decisões nacionais a interesses organizados de grupos específicos. O status quo transforma baixa produtividade, desigualdade de oportunidades e baixa capacidade de realização em condições aparentemente inevitáveis.

Esta Agenda é incompatível com essas estruturas. Enfrentá-las exige mais do que retórica. Exige metas claras, instituições capazes de entregar resultados, transparência, responsabilização e compromisso permanente com o interesse público.

Assertividade, não beligerância.

Da Agenda Inadiável 2022 à Agenda Imprescindível 2026

Em 2022, o Derrubando Muros reuniu especialistas, empresários, pesquisadores, gestores públicos e lideranças da sociedade civil para construir colaborativamente a Agenda Inadiável. O trabalho identificou desafios estruturais do país e propôs caminhos para ampliar a prosperidade, fortalecer as instituições e expandir oportunidades.

O resultado representou um raro consenso entre pessoas com trajetórias, formações e visões distintas, unidas pela convicção de que o Brasil reúne condições para construir um futuro muito melhor do que aquele que parece resignar-se a aceitar. A Agenda, apresentada ao então candidato e atual Presidente da República em um encontro de quatro horas, foi concebida desde sua origem como um projeto de longo prazo, capaz de atravessar governos, partidos e ciclos eleitorais.

Passados quatro anos, seus fundamentos permanecem atuais. O compromisso com a democracia, o fortalecimento das instituições, a responsabilidade fiscal, a educação, a ciência, a sustentabilidade e a ampliação das oportunidades continua sendo indispensável para qualquer projeto consistente de desenvolvimento nacional. O mundo, porém, mudou profundamente.

A inteligência artificial tornou-se um dos principais fatores de geração de produtividade e riqueza. A transição energética acelerou investimentos e reorganizou estratégias industriais. A competição por conhecimento, inovação e talentos intensificou-se, enquanto a reorganização geopolítica passou a influenciar cadeias produtivas, investimentos, comércio, energia, tecnologia e segurança econômica em uma escala inédita nas últimas décadas.

O principal desafio brasileiro, portanto, deixou de ser identificar seus problemas. O país já conhece boa parte das mudanças necessárias. O desafio passou a ser construir a capacidade de realizá-las.

Essa é a razão de ser da Agenda Imprescindível 2026. Ela parte de uma convicção simples: o Brasil não sofre de falta de potencial. Tem faltado capacidade de remover as barreiras que impedem pessoas, empresas, instituições e a própria sociedade de desenvolver plenamente suas capacidades.

Esta Agenda organiza um projeto nacional no qual prosperidade e igualdade de oportunidades deixam de ser objetivos sucessivos para constituírem processos interdependentes. A

prosperidade amplia as oportunidades disponíveis para cada brasileiro. A igualdade de oportunidades amplia a capacidade nacional de produzir prosperidade. É dessa interação que nasce um desenvolvimento capaz de combinar crescimento econômico, inovação, liberdade, responsabilidade institucional e mobilidade social.

Se a Agenda era inadiável em 2022, tornou-se imprescindível em 2026.

Doze ideias que organizam um projeto nacional

Todas as propostas desta Agenda partem de uma mesma convicção: o Brasil dispõe dos ativos necessários para integrar o grupo das democracias mais prósperas, inovadoras e respeitadas do mundo. O desafio deixou de ser descobrir o caminho. Passou a ser construir a capacidade de percorrê-lo.

As doze ideias a seguir não constituem uma coleção de propostas setoriais. Formam um projeto nacional em que cada transformação fortalece as demais e todas convergem para um mesmo objetivo: ampliar simultaneamente prosperidade e igualdade de oportunidades.

- 01 O destino do Brasil é maior do que sua realidade.
 - 02 Prosperidade e igualdade de oportunidades fortalecem-se mutuamente.
 - 03 O Estado existe para entregar resultados.
 - 04 Educação é a principal infraestrutura do desenvolvimento.
 - 05 Democracia depende de confiança institucional.
 - 06 Inovação determina competitividade.
 - 07 Sustentabilidade é vantagem estratégica.
 - 08 Saúde amplia capacidades humanas.
 - 09 Segurança é condição da liberdade.
 - 10 O Brasil deve ocupar posição compatível com seus ativos e responsabilidades.
 - 11 O futuro pertence às sociedades que desenvolvem capacidades mais rapidamente.
 - 12 Projetos nacionais transformam potencial em realização.
-

Dobrar a renda real dos brasileiros em quinze anos permanece a meta-síntese desta Agenda. Essa meta não foi escolhida por ser simples, mas por representar a ambição compatível com os recursos, os talentos e as oportunidades que o Brasil possui. Ela somente será alcançada se prosperidade e igualdade de oportunidades avançarem juntas, sustentadas por instituições capazes de transformar potencial em realização.

Visão de País

Um País que Escolhe o Seu Destino

A inação tem um preço. Cada ano de baixo crescimento, baixa produtividade e oportunidades desperdiçadas reduz a capacidade do Brasil de construir um futuro compatível com seus ativos. O futuro não é um lugar para onde os países caminham; é o resultado das escolhas que fazem — e das escolhas que deixam de fazer.

O Brasil chega a este momento diante de uma convergência rara. Transformações tecnológicas, econômicas, energéticas e geopolíticas ocorrem simultaneamente em escala global. Poucas gerações tiveram diante de si uma oportunidade histórica semelhante. Ela favorece os países capazes de transformar seus ativos em realização e penaliza aqueles que permanecem presos ao imobilismo.

O país convive há décadas com problemas conhecidos, diagnósticos amplamente compartilhados e soluções repetidamente discutidas. O principal obstáculo brasileiro deixou de ser compreender seus desafios. Passou a ser construir a capacidade institucional, econômica e social necessária para enfrentá-los.

Diante dessa realidade, o Brasil pode seguir três caminhos.

O primeiro é o da resignação. Aceita a perda gradual de relevância, convive com a baixa produtividade, naturaliza a degradação institucional e transforma potencial em frustração.

O segundo é o que escolhe administrar o status quo em nome do pragmatismo. Preserva estruturas que deixaram de produzir resultados e confunde estabilidade com imobilismo.

Resta o terceiro caminho: o da realização nacional.

Esse caminho parte de uma constatação simples. O Brasil reúne condições que poucos países possuem simultaneamente: recursos naturais extraordinários, matriz energética limpa, biodiversidade única, capacidade agroindustrial de escala global, posição geopolítica privilegiada, capacidade científica relevante e uma população criativa e empreendedora.

Esses ativos, entretanto, não produzem prosperidade por si mesmos. Entre potencial e realização existem barreiras institucionais, regulatórias, econômicas e sociais que limitam o

desenvolvimento das capacidades das pessoas, das empresas e do próprio Estado. Removê-las é a tarefa desta geração.

Prosperidade e igualdade de oportunidades pertencem ao mesmo projeto nacional. A prosperidade amplia as oportunidades disponíveis para cada brasileiro. A igualdade de oportunidades amplia a capacidade nacional de produzir prosperidade. Uma fortalece a outra.

A inteligência artificial, a transição energética, a bioeconomia e a reorganização das cadeias globais abriram uma janela histórica de desenvolvimento. Aproveitá-la dependerá menos da descoberta de novos caminhos do que da capacidade de realizar as transformações que o país já reconhece como necessárias.

A maior decisão que uma sociedade toma é acreditar que pode transformar sua própria trajetória.

O destino do Brasil será determinado pelas escolhas que fizermos agora. Não escolher também é uma escolha. E o custo da inação continuará sendo pago em crescimento perdido, talentos desperdiçados e oportunidades adiadas.

RÉGUA DA PROSPERIDADE VISÃO DE PAÍS

OBJETIVO NACIONAL

Dobrar a renda média dos brasileiros em quinze anos, transformando os ativos nacionais em prosperidade com igualdade de oportunidades.

- **Objetivo 1 • Produtividade** Elevar a produtividade média do trabalhador brasileiro de 23,5% para 40% da produtividade norte-americana até 2040.
- **Objetivo 2 • Mobilidade social** Reduzir em 50% a influência da renda familiar de origem sobre a renda na vida adulta.
- **Objetivo 3 • Economia do conhecimento** Dobrar a participação da economia do conhecimento no PIB e elevar o investimento em pesquisa e desenvolvimento para 2% do PIB.

Quem verifica IBGE, Banco Central e MCTI.

Estratégia Nacional

O Brasil que Queremos Construir

O Brasil é rico em ativos e ainda pobre em realização. A pergunta estratégica deixou de ser quanto potencial o país possui. Passou a ser quanto custa continuar deixando esse potencial sem realização.

Poucos momentos da história reuniram tantas transformações estruturais ocorrendo simultaneamente. A inteligência artificial inaugura uma nova fronteira de produtividade. A transição energética reorganiza investimentos e cadeias industriais. A competição geopolítica redefine fluxos de comércio, tecnologia e capital. A corrida pelo conhecimento acelera a disputa por talentos e inovação.

Poucos países chegam a essa transformação histórica com os ativos de que o Brasil dispõe. Esses ativos sempre estiveram presentes. O que mudou foi o mundo, e com ele, a dimensão das oportunidades que o Brasil pode capturar.

Essa convergência cria uma oportunidade histórica que talvez não volte a ocorrer nesta escala.

A diferença entre as nações que prosperam e aquelas que permanecem estagnadas não está apenas na qualidade de seus ativos. Está na capacidade de transformá-los em realização. O custo de permanecer onde estamos não aparece apenas nas estatísticas de crescimento. Manifesta-se na riqueza que deixamos de produzir, nas empresas que deixam de nascer, nos investimentos que deixam de chegar, nos talentos que deixam o país e nas oportunidades que nunca alcançam a maioria da população.

Durante décadas, parte do debate brasileiro apresentou crescimento econômico e igualdade de oportunidades como objetivos concorrentes. A experiência internacional demonstra exatamente o contrário. Sociedades que ampliam oportunidades desenvolvem mais talentos, inovam mais, produzem mais e prosperam mais. Sociedades mais prósperas dispõem de mais recursos para ampliar oportunidades.

Prosperidade e igualdade de oportunidades não pertencem a agendas diferentes. Formam um mesmo ciclo virtuoso.

Essa transformação depende da decisão de remover as barreiras que hoje limitam o desenvolvimento das capacidades das pessoas, das empresas e das instituições. Transformar biodiversidade em bioeconomia, energia limpa em competitividade, conhecimento em inovação e poupança em investimento significa converter ativos existentes em prosperidade compartilhada.

O Brasil reúne condições para inaugurar um novo ciclo de desenvolvimento, não porque esteja diante de um milagre histórico, mas porque dispõe dos recursos necessários para construí-lo. O que determinará esse resultado será a capacidade de realizar as mudanças que o país já reconhece como necessárias.

É sobre essas condições de realização que trata o próximo capítulo.

RÉGUA DA PROSPERIDADE ESTRATÉGIA NACIONAL

OBJETIVO NACIONAL

Transformar o Brasil em uma das economias mais competitivas, inovadoras e inclusivas do mundo, convertendo seus ativos naturais, humanos e institucionais em prosperidade com igualdade de oportunidades.

- **Objetivo 1 · Capital humano** Dobrar, até 2035, a participação de trabalhadores em ocupações intensivas em conhecimento.
- **Objetivo 2 · Instituições que atraem investimento** Reduzir em 50% os custos regulatórios e burocráticos até 2035.
- **Objetivo 3 · Inserção global de alto valor** Dobrar, até 2035, as exportações intensivas em conhecimento.

Quem verifica IBGE, Banco Mundial e Receita Federal.

Economia

Política Econômica para a Prosperidade

A política econômica não produz prosperidade sozinha. Ela cria as condições para que trabalhadores, empreendedores, empresas, universidades, cientistas e investidores a produzam. Uma economia saudável é condição habilitadora de um projeto nacional de desenvolvimento.

Dobrar a renda real dos brasileiros em quinze anos exige crescimento sustentado, apoiado em três pilares inseparáveis: produtividade, estabilidade e investimento. Nenhum deles prospera isoladamente. Juntos, criam o ambiente em que talento, conhecimento, trabalho e inovação se transformam em riqueza, oportunidades e desenvolvimento.

O Brasil reúne condições excepcionais para isso. O desafio se concentra na remoção das barreiras que o impedem de produzir todo o valor de que é capaz.

O crescimento sustentável nasce do aumento da produtividade. Produzir mais valor com o mesmo esforço depende de educação, inovação, tecnologia, infraestrutura, qualificação profissional, competição e instituições eficientes. Por isso, a política econômica integra uma estratégia nacional única. Estabilidade monetária, responsabilidade fiscal, educação, inovação, infraestrutura e inserção internacional formam um único sistema voltado ao desenvolvimento.

A estabilidade monetária protege a renda das famílias. A responsabilidade fiscal cria previsibilidade. A segurança jurídica reduz incertezas. Um ambiente regulatório simples e transparente favorece o investimento. Essas condições não produzem prosperidade por si mesmas; tornam possível que a sociedade a produza.

O ponto decisivo permanece o mesmo. Para que os juros reais caiam de forma estrutural, a política fiscal precisa reduzir, de maneira crível e sustentada, a relação dívida/PIB. Juros elevados refletem risco fiscal. Reduzir esse risco amplia investimento, produtividade e crescimento.

A maior oportunidade econômica do Brasil está dentro do próprio país. Milhões de brasileiros empreendem, trabalham, inovam e produzem riqueza em condições muito inferiores ao seu potencial. Empreendedores, empresários individuais, produtores rurais, profissionais independentes, micro e pequenas empresas constituem uma das maiores forças produtivas

nacionais. A tarefa da política econômica é remover as barreiras que ainda limitam sua capacidade de crescer.

Como sintetizou um importante líder empresarial: *“Nos entreguem a macroeconomia ajustada que nós fazemos o resto.”*

A frase contém uma verdade importante, mas não toda a verdade. A boa macroeconomia remove barreiras. A prosperidade é produzida pela sociedade, a partir da interação entre empreendedorismo, educação, tecnologia, inovação, investimento, produtividade e igualdade de oportunidades. A política econômica cria as condições; a sociedade produz o desenvolvimento.

Por isso, esta Agenda distingue claramente dois conjuntos de fatores.

As condições habilitadoras do desenvolvimento incluem estabilidade monetária, responsabilidade fiscal, previsibilidade, segurança jurídica, abertura econômica e ambiente favorável ao investimento.

Os motores da transformação são o empreendedorismo, a inovação, a educação, a tecnologia, o investimento produtivo, o trabalho qualificado, a ampliação da produtividade e a igualdade de oportunidades. A prosperidade depende da interação permanente entre esses dois conjuntos.

QUADRO DE PRESSUPOSTOS DECLARADOS

- As metas econômicas desta Agenda assumem três condições estruturantes. O desvio relevante de qualquer uma delas exige revisão da trajetória:
 - Primeiro, juros reais de longo prazo em queda sustentada como consequência do equilíbrio fiscal.
 - Segundo, crescimento consistente da produtividade acima da média histórica brasileira.
 - Terceiro, relação dívida/PIB em trajetória crível de redução.
- O vínculo entre essas condições é direto. Sem equilíbrio fiscal, os juros não caem estruturalmente. Sem juros menores, o investimento permanece insuficiente. Sem investimento e produtividade, a meta de crescimento de 4,7% ao ano deixa de ser sustentável.
- Uma economia saudável não substitui as demais transformações desta Agenda. Ela cria as condições para que todas elas produzam resultados duradouros.

OBJETIVO NACIONAL

Dobrar a renda média real dos brasileiros em quinze anos, sustentada por produtividade, inovação, investimento, estabilidade macroeconômica e ampliação contínua da igualdade de oportunidades.

- **Objetivo 1 · Produtividade e crescimento** Sustentar crescimento médio do PIB de 4,7% ao ano e elevar a taxa de investimento para, no mínimo, 25% do PIB até 2035.
- **Objetivo 2 · Estabilidade macroeconômica** Manter a inflação dentro da meta e conduzir a dívida pública a uma trajetória consistente de redução, criando previsibilidade para famílias, empresas e investidores.
- **Objetivo 3 · Ambiente para produzir** Colocar o Brasil entre os 30 melhores ambientes de negócios do mundo até 2035, reduzir drasticamente a burocracia e permitir abertura de empresas em menos de 24 horas. E o encerramento em menos de uma semana.
- **Objetivo 4 · Competitividade internacional** Dobrar as exportações de bens e serviços intensivos em conhecimento até 2035 e ampliar a participação brasileira nas cadeias globais de maior valor agregado.
- **Objetivo 5 · Desenvolvimento de capacidades** Transformar a política econômica em instrumento permanente de desenvolvimento das capacidades produtivas do país, ampliando a produtividade das empresas, dos trabalhadores e do empreendedorismo brasileiro.

Quem verifica IBGE, Banco Central, Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda e Banco Mundial.

Política e Estado

Reforma Política e o Estado que Entrega

O maior gargalo nacional deixou de ser o diagnóstico. Passou a ser a capacidade de realização. O Brasil conhece boa parte das mudanças necessárias para acelerar seu desenvolvimento. O que ainda não construiu foi a capacidade institucional para realizá-las de forma consistente.

A estrutura político-institucional deve ser a principal plataforma nacional de promoção da prosperidade e da igualdade de oportunidades. Em grande medida, tornou-se uma barreira à capacidade de realização do país.

Toda sociedade próspera depende de instituições capazes de alinhar interesse público, representação política e capacidade de execução. Quando esse alinhamento se rompe, a política deixa de impulsionar o desenvolvimento e passa a proteger sua própria reprodução. Esse é, hoje, o principal desafio institucional brasileiro.

Ao longo das últimas décadas consolidou-se um sistema de incentivos que favorece a fragmentação partidária, reduz a *accountability*, estimula a captura de recursos públicos e afasta progressivamente a representação política do interesse nacional de longo prazo. O problema deixou de ser apenas a qualidade das pessoas. Tornou-se uma questão de desenho institucional.

Por isso, a reforma política não ocupa posição equivalente às demais reformas desta Agenda.

Ela é a reforma que torna possíveis as demais.

Sem uma representação política orientada pelo interesse público, torna-se improvável sustentar reformas econômicas, educacionais, institucionais ou sociais ao longo do tempo. A reconstrução da confiança pública começa pela política.

O financiamento público de partidos e campanhas exige um padrão de transparência e *accountability* incompatível com o modelo atualmente vigente. A sociedade precisa saber, de forma simples e permanente, como os recursos públicos são utilizados, quais resultados produzem e como cada partido presta contas do mandato que recebeu.

Representação democrática não significa apenas eleições periódicas. Significa responsabilidade permanente perante a sociedade.

A degradação da representação política constitui uma das maiores barreiras ao desenvolvimento brasileiro. Recuperar sua legitimidade é condição para recuperar a capacidade nacional de realizar.

Essa transformação alcança igualmente os demais Poderes.

O Judiciário exerce função indispensável na proteção da Constituição, dos direitos fundamentais e da segurança jurídica. Justamente por isso, deve submeter-se aos mais elevados padrões de transparência, prestação de contas e integridade institucional. Instituições encarregadas de controlar o poder não podem permanecer imunes ao controle da sociedade.

O Executivo enfrenta desafio semelhante.

A legitimidade do Estado depende crescentemente de sua capacidade de entregar resultados concretos. Cada política pública deve possuir objetivos claros, indicadores verificáveis, avaliação permanente e dirigentes claramente responsabilizados por sua execução.

Gestão pública não se limita à boa intenção. Exige competência, profissionalização, planejamento, tecnologia, dados e inteligência artificial colocados a serviço do interesse público.

Instituições confiáveis não apenas controlam o poder. Entregam resultados.

A reforma política inaugura esse processo. O fortalecimento institucional do Judiciário e do Executivo o completa. Juntos, devolvem ao Estado sua função essencial: ampliar a prosperidade, fortalecer a igualdade de oportunidades e recuperar a confiança da sociedade na democracia.

A primeira demonstração concreta de um Estado que entrega resultados é incorporar milhões de brasileiros plenamente à economia produtiva. É sobre essa transformação que trata o próximo capítulo.

OBJETIVO NACIONAL

Construir um Estado orientado pelo interesse público, capaz de entregar resultados, recuperar a confiança da sociedade e sustentar um projeto nacional de desenvolvimento.

- **Objetivo 1 · Reforma da representação** Reduzir em 50% o número de partidos com representação parlamentar, vincular integralmente os fundos partidário e eleitoral a critérios publicizados de transparência e representatividade e subordinar integralmente as emendas parlamentares ao planejamento nacional.
- **Objetivo 2 · Estado orientado por resultados** Implantar gestão por metas em 100% dos ministérios e órgãos estratégicos, com avaliação pública permanente dos principais programas governamentais.
- **Objetivo 3 · Gestão profissional** Assegurar que todas as funções executivas técnicas sejam ocupadas por critérios de mérito, com atribuições claramente definidas e avaliação periódica de desempenho.
- **Objetivo 4 · Integridade institucional** Fortalecer os mecanismos de transparência, prestação de contas e controle do Judiciário e dos demais Poderes, preservando sua independência e ampliando sua legitimidade perante a sociedade.
- **Objetivo 5 · Confiança pública** Posicionar o Brasil entre os vinte países mais bem avaliados em transparência, integridade institucional e confiança nas instituições democráticas.

Quem verifica TSE, CGU, CNJ, Tribunal de Contas da União e Transparência Internacional.

Inclusão Social

Prosperidade com Igualdade de Oportunidades

A igualdade de oportunidades é uma das maiores forças produtivas de uma sociedade. Cada talento que permanece sem acesso à educação, ao trabalho, ao crédito, à saúde ou ao empreendedorismo representa uma perda para a própria pessoa e para o país. A melhor política social é aquela que amplia capacidades e transforma potencial em realização.

O Brasil convive há décadas com uma contradição. Possui uma população criativa, empreendedora e resiliente, mas ainda limita o desenvolvimento de milhões de brasileiros por barreiras que nada têm a ver com talento ou disposição para prosperar. O CEP de nascimento, a renda familiar, a qualidade da escola, o acesso ao crédito e a informalidade continuam determinando oportunidades que deveriam depender principalmente do mérito, do esforço e da capacidade de cada indivíduo.

Prosperidade e igualdade de oportunidades pertencem ao mesmo projeto nacional. Durante muito tempo, o debate público apresentou essas duas ideias como objetivos sucessivos: primeiro produzir riqueza, depois distribuí-la. Esta Agenda parte de outra premissa. A prosperidade amplia as oportunidades disponíveis para toda a sociedade. A igualdade de oportunidades amplia a capacidade nacional de produzir prosperidade. Cada uma fortalece a outra.

A proteção social continua sendo indispensável. Ela garante que ninguém seja abandonado diante da pobreza, da doença, da deficiência ou das circunstâncias adversas da vida. Mas representa o ponto de partida, não o ponto de chegada. O verdadeiro sucesso de uma política pública mede-se pela capacidade de ampliar autonomia, desenvolver capacidades e permitir que cada pessoa participe plenamente da economia produtiva.

O empreendedorismo ocupa posição central nessa transformação.

A história do Jonas.

Jonas começou como motoboy. Cansado de corridas mal remuneradas e longos períodos de espera, reuniu quatro amigos e criou uma pequena empresa de entregas com roteirização inteligente. Hoje sustenta cinco famílias e pretende continuar crescendo. Para isso, precisa exatamente daquilo que o Estado ainda oferece de forma insuficiente: crédito acessível, ambiente regulatório simples, carga tributária compatível, formação técnica e acesso às novas tecnologias. A Agenda deste capítulo consiste em mudar o enquadramento dedicado a jovens como Jonas, removendo, uma a uma, as barreiras que ainda separam empreendedores do crescimento que são capazes de produzir.

O empreendedorismo deve deixar de ser visto apenas como consequência da necessidade. Precisa ser reconhecido como uma das principais forças de geração de riqueza, inovação, mobilidade social e desenvolvimento nacional. Isso inclui microempreendedores individuais, empresários individuais, pequenos empresários e milhões de brasileiros que hoje empreendem na informalidade. Incorporá-los plenamente à economia formal representa uma das maiores oportunidades de aumento de produtividade disponíveis ao país.

O sucesso dessa transformação pode ser medido de forma simples: mais brasileiros aprendendo, empreendendo, acumulando patrimônio, transformando esforço em realização e participando da construção da prosperidade nacional.

Uma sociedade que amplia oportunidades desenvolve mais capacidades. Uma sociedade que desenvolve mais capacidades produz mais prosperidade. Esse círculo virtuoso constitui uma das bases deste projeto nacional.

Empreendedores capazes precisam de um país igualmente capaz de competir. É sobre as condições estruturais dessa competitividade que trata o próximo capítulo.

OBJETIVO NACIONAL

Assegurar que prosperidade e igualdade de oportunidades avancem simultaneamente, ampliando capacidades individuais, fortalecendo a autonomia e reduzindo permanentemente as barreiras ao desenvolvimento humano e produtivo.

- **Objetivo 1 · Igualdade de oportunidades** Reduzir em 50% a influência da renda familiar de origem sobre a renda na vida adulta até 2035.
- **Objetivo 2 · Empreendedorismo e MEI** Dobrar a renda média dos micro e pequenos empreendedores, ampliar significativamente a formalização dos empreendedores hoje informais e dobrar a taxa de sobrevivência dos pequenos negócios nos cinco primeiros anos.
- **Objetivo 3 · Prosperidade das famílias** Dobrar o patrimônio líquido mediano das famílias brasileiras até 2035.
- **Objetivo 4 · Proteção e autonomia** Reduzir em 50% a pobreza até 2035, preservando a proteção social para quem dela necessita e ampliando continuamente as oportunidades de inserção produtiva.
- **Objetivo 5 · Desenvolvimento de capacidades** Ampliar permanentemente o acesso à educação, ao crédito, à qualificação profissional e ao empreendedorismo, removendo as principais barreiras que limitam a participação dos brasileiros na economia produtiva.

Quem verifica IBGE, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Sebrae e Ministério do Trabalho e Emprego.

Indústria e Competitividade

Pré-condições para a Execução

Nenhum país sustenta prosperidade apenas por boas intenções. Toda estratégia nacional depende de condições concretas de execução. Competitividade, produtividade, infraestrutura, energia, logística, segurança jurídica e capital humano formam o ambiente que transforma conhecimento em riqueza, inovação em desenvolvimento e potencial em realização.

A competitividade não é um objetivo setorial. É uma condição nacional. Sem ela, boas ideias permanecem intenções, investimentos deixam de acontecer e oportunidades migram para países mais preparados.

O principal desafio brasileiro continua sendo a produtividade. O país permanece distante das economias mais desenvolvidas porque produz menos valor com os mesmos recursos. Essa diferença não decorre da falta de talento. Resulta de um conjunto de barreiras que reduz a capacidade de empresas, trabalhadores e empreendedores competirem em igualdade de condições.

Reduzir o Custo Brasil significa remover essas barreiras. Significa simplificar o ambiente tributário, reduzir a burocracia, modernizar a infraestrutura, ampliar a segurança jurídica, aumentar a eficiência logística, garantir energia competitiva e oferecer estabilidade regulatória capaz de estimular investimentos de longo prazo.

A competitividade organiza-se em seis frentes complementares.

A primeira é a produtividade como objetivo nacional permanente. O crescimento sustentado depende da incorporação contínua de tecnologia, inovação, qualificação profissional e melhores práticas de gestão.

A segunda é a abertura econômica e a integração às cadeias globais de valor. O Brasil precisa ampliar sua presença internacional, concluir acordos comerciais estratégicos, diversificar mercados e competir em produtos e serviços de maior valor agregado. Inserção internacional deixa de ser apenas política externa e passa a integrar a estratégia nacional de desenvolvimento.

A terceira é a inovação orientada por desafios concretos. Ciência, universidades e empresas devem atuar de forma integrada na solução de problemas reais da economia e da sociedade. A pesquisa produz mais valor quando transforma conhecimento em inovação, propriedade intelectual, novos produtos e novos mercados.

A quarta é o desenvolvimento do capital humano. Competitividade depende diretamente da qualidade da formação técnica, científica e profissional. Nenhuma política industrial supera a ausência de pessoas preparadas para liderar a economia do conhecimento.

A quinta é a infraestrutura e o financiamento do investimento. O país precisa ampliar significativamente sua capacidade de investimento em logística, mobilidade, conectividade, energia e infraestrutura digital. O mercado de capitais deve assumir papel crescente no financiamento de longo prazo, enquanto o BNDES concentra sua atuação em projetos estruturantes, inovadores e capazes de multiplicar investimentos privados.

A sexta é a qualidade institucional. Empresas investem onde encontram previsibilidade, estabilidade regulatória, contratos respeitados e decisões públicas transparentes. Segurança jurídica não representa privilégio empresarial. Representa condição para ampliar investimentos, produtividade, empregos e prosperidade.

A política industrial do século XXI deixa de proteger setores específicos e passa a desenvolver capacidades nacionais. Seu objetivo não é substituir a iniciativa privada, mas criar condições para que empresas brasileiras inovem, compitam globalmente e ampliem continuamente sua produtividade.

Ao Estado cabe assegurar estabilidade macroeconômica, segurança jurídica, infraestrutura, educação, abertura econômica e ambiente competitivo. À sociedade cabe produzir riqueza, inovar, empreender e transformar conhecimento em desenvolvimento.

Garantidas essas condições, o talento brasileiro faz o restante.

As pré-condições da competitividade convergem para o principal ativo estratégico do país: as pessoas. É sobre a formação dessas capacidades que trata o próximo capítulo.

OBJETIVO NACIONAL

Construir as condições estruturais para elevar permanentemente a produtividade, ampliar a competitividade internacional e sustentar um ciclo duradouro de prosperidade.

- **Objetivo 1 · Investimento e produtividade** Elevar a taxa de investimento para 25% do PIB até 2035 e recolocar a produtividade brasileira em trajetória consistente de convergência internacional.
- **Objetivo 2 · Integração internacional** Ampliar acordos comerciais estratégicos, integrar o Brasil às cadeias globais de maior valor agregado e diversificar mercados internacionais.
- **Objetivo 3 · Inovação e ciência aplicada** Dobrar o investimento em pesquisa e desenvolvimento, reduzir o tempo médio de concessão de patentes aos padrões internacionais e fortalecer a cooperação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas.
- **Objetivo 4 · Infraestrutura competitiva** Elevar o investimento em infraestrutura para, no mínimo, 4% do PIB, priorizando logística, energia, conectividade e infraestrutura digital.
- **Objetivo 5 · Ambiente competitivo** Reduzir progressivamente o Custo Brasil, simplificando tributos, reduzindo burocracia, fortalecendo a segurança jurídica e ampliando a eficiência regulatória.
- **Objetivo 6 · Desenvolvimento de capacidades** Ampliar continuamente a formação técnica, científica e profissional necessária para sustentar a competitividade brasileira na economia do conhecimento.

Quem verifica IBGE, CNI, IEDI, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Banco Central, BNDES e Ministério da Educação.

Educação

Educação para a Sociedade do Conhecimento

Nenhuma política pública produz efeitos tão amplos sobre produtividade, mobilidade social, inovação e cidadania quanto a educação. O Brasil que pretende dobrar a renda de seus cidadãos em quinze anos precisa tratá-la como a principal infraestrutura do desenvolvimento nacional.

O principal ativo estratégico brasileiro está nas capacidades de sua população. Toda criança que aprende menos do que poderia, todo jovem que abandona a escola ou conclui sua formação sem desenvolver plenamente suas competências representa uma perda para si próprio e para o país.

Nas últimas décadas, o Brasil ampliou significativamente o acesso à escola e elevou a permanência dos estudantes. O desafio decisivo deixou de ser colocar crianças e jovens na sala de aula. Passou a ser garantir aprendizagem efetiva em todas as etapas da formação.

Aprender deve voltar a ser o centro da política educacional.

Cada estudante deve concluir sua trajetória escolar dominando leitura, escrita, matemática, pensamento científico, competências digitais, capacidade de resolver problemas, trabalhar em equipe, comunicar-se e aprender continuamente.

A evolução escolar precisa acompanhar a aprendizagem. Avançar de série sem aprender deixou de ser uma política de inclusão e tornou-se uma forma silenciosa de exclusão.

A educação infantil constitui a primeira etapa dessa transformação. Ela desenvolve linguagem, curiosidade, autonomia e as bases cognitivas que acompanharão a criança durante toda a vida escolar.

O ensino fundamental consolida essas capacidades. O ensino médio prepara o estudante para uma sociedade orientada pelo conhecimento, oferecendo sólida formação geral e múltiplas possibilidades de qualificação profissional.

A educação técnica deixa de ocupar posição secundária. Passa a constituir uma das principais portas de entrada para a economia do conhecimento.

A universidade completa esse ciclo formando pesquisadores, profissionais, empreendedores e inovadores capazes de ampliar continuamente a competitividade do país.

HISTÓRIA

A história da Rita.

Rita nasceu em uma comunidade de Osasco e ingressou na pré-escola em um sistema que acompanhava sua aprendizagem desde os primeiros anos. No ensino fundamental, avançou porque aprendeu, e não apenas porque passou de ano. Concluiu essa etapa dominando leitura, escrita, matemática, competências digitais e raciocínio compatíveis com sua idade.

No ensino médio, escolheu uma formação técnica em desenvolvimento de software. Ingressou em Ciência da Computação e, ainda na universidade, criou uma startup dedicada ao desenvolvimento de ferramentas de apoio à aprendizagem. O primeiro contrato veio da Prefeitura de Osasco. Seu objetivo agora é levar essa solução para escolas de todo o país.

A trajetória de Rita ilustra o que uma boa educação produz: uma criança que aprende, uma jovem que se qualifica, uma empreendedora que inova e uma cidadã que devolve à sociedade oportunidades maiores do que aquelas que recebeu.

A inteligência artificial amplia profundamente as possibilidades da educação. Ela permite personalizar percursos de aprendizagem, apoiar professores, identificar dificuldades precocemente e reduzir desigualdades educacionais que antes pareciam inevitáveis.

Tecnologia, porém, não substitui professores.

Ela amplia sua capacidade de ensinar.

Por isso, nenhuma transformação educacional será superior à qualidade de seus professores. Formação inicial rigorosa, atualização permanente, valorização profissional, boas condições de trabalho e avaliação consistente tornam-se elementos inseparáveis de uma política educacional de excelência.

Educação deixou de ser apenas política social.

É política de desenvolvimento.

É por meio dela que uma sociedade amplia continuamente suas capacidades, produz inovação, aumenta produtividade, fortalece a democracia e sustenta prosperidade com igualdade de oportunidades.

O país que pretende liderar a economia do conhecimento começa formando pessoas capazes de construí-la.

É sobre o principal acelerador dessa transformação — a tecnologia — que trata o próximo capítulo.

RÉGUA DA PROSPERIDADE
EDUCAÇÃO

OBJETIVO NACIONAL

Transformar a educação na principal infraestrutura da prosperidade, desenvolvendo plenamente as capacidades de cada brasileiro para aprender, inovar, empreender e participar da economia do conhecimento.

- **Objetivo 1 · Aprendizagem** Universalizar a alfabetização plena até os oito anos e assegurar aprendizagem compatível com cada etapa da formação escolar.
- **Objetivo 2 · Escola para o Século XXI** Universalizar o ensino fundamental em tempo integral e garantir conectividade de alta velocidade para todas as escolas públicas.
- **Objetivo 3 · Formação Técnica** Dobrar as matrículas no ensino técnico integrado ao ensino médio e ampliar sua articulação com a economia do conhecimento.
- **Objetivo 4 · Valorização Docente** Implantar formação inicial de excelência, atualização permanente e avaliação contínua para todos os professores da educação básica.
- **Objetivo 5 · Desenvolvimento de Capacidades** Fazer da educação o principal instrumento nacional de desenvolvimento das capacidades humanas, ampliando produtividade, inovação, mobilidade social e igualdade de oportunidades.

Quem verifica INEP, Ministério da Educação, CAPES e IBGE.

Tecnologia e Inovação

Inteligência Artificial, Inovação e Soberania

A inteligência artificial não constitui apenas mais uma tecnologia. Ela inaugura uma nova infraestrutura de desenvolvimento. Assim como a eletricidade transformou a economia industrial e a internet redefiniu a economia da informação, a inteligência artificial passa a reorganizar produtividade, inovação, ciência, educação, saúde, segurança e competitividade.

Por isso, este não é um capítulo isolado da Agenda. É um capítulo transversal. As políticas aqui apresentadas potencializam praticamente todas as demais.

O Brasil reúne condições excepcionais para participar dessa transformação. Dispõe de mercado interno relevante, matriz energética limpa, universidades de qualidade, centros de pesquisa, ecossistemas empreendedores em expansão e uma população reconhecida por sua capacidade de rápida adoção de novas tecnologias.

Esses ativos, entretanto, não garantem liderança. Sem formação de talentos, infraestrutura digital, capacidade científica, ambiente favorável à inovação e segurança jurídica, o país continuará consumindo tecnologias desenvolvidas por outros em vez de produzir soluções próprias.

A inteligência artificial amplia as capacidades das pessoas, das empresas e do Estado.

Na educação, personaliza a aprendizagem e amplia a capacidade dos professores. Na saúde, acelera diagnósticos, melhora decisões clínicas e reduz o tempo de espera. Na segurança pública, fortalece inteligência, prevenção e capacidade investigativa. Na indústria, amplia produtividade, reduz desperdícios e acelera inovação. Na gestão pública, melhora planejamento, transparência e qualidade das decisões.

Seu impacto depende menos da tecnologia em si do que da capacidade da sociedade de incorporá-la de forma responsável.

Por isso, a prioridade nacional deixa de ser apenas desenvolver tecnologia.

Passa a ser desenvolver capacidades.

O Brasil precisa formar, em larga escala, profissionais capazes de utilizar inteligência artificial em todos os setores da economia. Precisa fortalecer a pesquisa aplicada, ampliar a infraestrutura computacional, proteger dados estratégicos, desenvolver aplicações próprias e criar um ambiente em que empresas brasileiras possam competir globalmente.

A soberania tecnológica tornou-se parte da soberania nacional.

Países incapazes de produzir conhecimento tornam-se crescentemente dependentes das decisões tecnológicas tomadas por outros. A Agenda propõe que o Brasil deixe de ocupar uma posição predominantemente consumidora de tecnologia e passe a atuar como produtor de soluções, aplicações e conhecimento.

O objetivo não é competir com as maiores plataformas globais em todos os segmentos. É desenvolver competências próprias onde o Brasil reúne vantagens comparativas e condições efetivas de liderança.

A inteligência artificial representa uma oportunidade histórica para acelerar o desenvolvimento nacional. Aproveitá-la dependerá menos da velocidade das máquinas do que da velocidade com que desenvolvermos as capacidades das pessoas, das empresas e das instituições brasileiras.

As tecnologias do século XXI encontrarão sua maior vantagem competitiva quando dialogarem com o maior patrimônio estratégico do país: sua biodiversidade, sua matriz energética limpa e sua capacidade científica.

É sobre essa convergência entre desenvolvimento e sustentabilidade que trata o próximo capítulo.

OBJETIVO NACIONAL

Transformar a inteligência artificial em um dos principais motores da prosperidade, da competitividade e da soberania brasileira.

- **Objetivo 1 · Liderança em Aplicações** Posicionar o Brasil entre os principais ecossistemas mundiais de desenvolvimento e aplicação de inteligência artificial até 2035.
- **Objetivo 2 · Formação de Talentos** Multiplicar o número de especialistas em inteligência artificial, ciência de dados e computação avançada até 2035.
- **Objetivo 3 · Infraestrutura Estratégica** Implantar infraestrutura nacional de computação de alto desempenho e fortalecer a soberania digital brasileira.
- **Objetivo 4 · IA para a Produtividade** Universalizar o uso responsável da inteligência artificial nos principais serviços públicos e setores estratégicos da economia.
- **Objetivo 5 · Desenvolvimento de Capacidades** Transformar a inteligência artificial em instrumento permanente de ampliação das capacidades humanas, institucionais e produtivas do país.

Quem verifica MCTI, Ministério da Educação, IBGE, ANPD e Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Sustentabilidade

Bioeconomia, Transição Energética e Prosperidade

A sustentabilidade deixou de ser apenas um compromisso ambiental. Tornou-se uma das maiores vantagens competitivas do Brasil no século XXI. O desafio nacional já não consiste em escolher entre desenvolvimento e preservação. O desenvolvimento brasileiro passa pela sustentabilidade.

O Brasil reúne um conjunto de ativos naturais sem equivalente entre as grandes economias do mundo. A maior biodiversidade do planeta, uma das matrizes energéticas mais limpas, abundância de água doce, enorme capacidade agroambiental, recursos minerais estratégicos e condições excepcionais para produção de energia renovável formam uma plataforma singular de desenvolvimento.

Esses ativos, entretanto, não geram prosperidade por si mesmos. Como em toda esta Agenda, o principal desafio consiste em remover as barreiras que impedem transformar vantagens comparativas em vantagens competitivas permanentes.

A bioeconomia representa uma das maiores oportunidades de agregação de valor disponíveis ao país. Biodiversidade deve transformar-se em medicamentos, biomateriais, novos alimentos, química verde, propriedade intelectual, pesquisa científica, empresas inovadoras e empregos qualificados.

A transição energética amplia essa oportunidade. O Brasil reúne condições excepcionais para liderar a produção de energia limpa, hidrogênio de baixo carbono, combustíveis sustentáveis e novas cadeias industriais intensivas em tecnologia.

Sustentabilidade não limita a prosperidade.

Ela amplia sua capacidade de crescer de forma duradoura.

Ao mesmo tempo, sustentabilidade exige credibilidade. Mercados ambientais, créditos de carbono e mecanismos de compensação somente produzem valor quando sustentados por regras claras, transparência, integridade e elevada qualidade institucional.

Da mesma forma, a proteção dos biomas brasileiros deixa de ser apenas uma política ambiental. Passa a integrar uma estratégia nacional de desenvolvimento. Combater o desmatamento ilegal protege o patrimônio natural, amplia a credibilidade internacional, fortalece mercados, atrai investimentos e preserva uma das maiores vantagens estratégicas do país.

A transição para uma economia de baixo carbono também exige responsabilidade social. Nenhuma transformação dessa dimensão será sustentável se abandonar trabalhadores, regiões ou setores produtivos. A transição precisa combinar previsibilidade, qualificação profissional, inovação e novos investimentos capazes de ampliar oportunidades.

O Brasil possui condições únicas para transformar sustentabilidade em uma das maiores plataformas mundiais de geração de riqueza, conhecimento e liderança internacional. Essa não é uma aposta no futuro. É uma vantagem que já existe e precisa ser realizada.

Transformar esses ativos em prosperidade constitui uma das decisões estratégicas mais importantes desta Agenda.

Uma sociedade sustentável depende, antes de tudo, de uma população saudável. É sobre esse desafio que trata o próximo capítulo.

RÉGUA DA PROSPERIDADE SUSTENTABILIDADE

OBJETIVO NACIONAL

Transformar os ativos naturais brasileiros em uma das principais fontes de prosperidade, inovação, desenvolvimento científico e liderança internacional.

- **Objetivo 1 · Bioeconomia** Dobrar o valor agregado da bioeconomia brasileira até 2035, ampliando a transformação da biodiversidade em conhecimento, inovação e riqueza.
- **Objetivo 2 · Transição Energética** Posicionar o Brasil entre as principais lideranças mundiais em energia limpa, hidrogênio de baixo carbono e combustíveis sustentáveis.
- **Objetivo 3 · Agropecuária Sustentável** Dobrar a produtividade das áreas agrícolas de menor rendimento, reduzindo simultaneamente a pressão sobre novos desmatamentos.
- **Objetivo 4 · Mercados Ambientais** Consolidar mercados de carbono de elevada integridade, assegurando transparência, adicionalidade, rastreabilidade e credibilidade internacional.
- **Objetivo 5 · Desenvolvimento de Capacidades** Transformar a sustentabilidade em uma plataforma permanente de desenvolvimento científico, tecnológico, industrial e empreendedor, ampliando simultaneamente prosperidade e igualdade de oportunidades.

Quem verifica INPE, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, EPE, IBGE e MapBiomas.

Saúde

Saúde e Longevidade

Uma sociedade desenvolvida não é apenas aquela que vive mais. É aquela que vive mais tempo com saúde, autonomia e qualidade de vida. A saúde deixa de ser apenas uma política pública. Passa a constituir uma das principais infraestruturas do desenvolvimento humano.

O Brasil construiu, com o Sistema Único de Saúde, uma das maiores experiências de cobertura universal do mundo. Esse patrimônio institucional deve ser preservado e continuamente aperfeiçoado. O desafio atual deixou de ser apenas ampliar o acesso. Passou a ser garantir atendimento no tempo certo, com qualidade, continuidade do cuidado e incorporação permanente da inovação.

A prevenção passa a ocupar posição equivalente ao tratamento. Uma sociedade saudável reduz sofrimento, amplia produtividade, fortalece a aprendizagem, melhora a qualidade de vida e reduz custos futuros para todo o sistema.

O maior gargalo da saúde brasileira concentra-se hoje no acesso ao atendimento especializado e aos procedimentos de média e alta complexidade.

Milhões de brasileiros aguardam consultas, exames e cirurgias durante períodos incompatíveis com suas necessidades clínicas. Essa espera compromete diagnósticos, reduz a eficácia dos tratamentos, aumenta custos e, muitas vezes, determina desfechos irreversíveis.

Eliminar essas filas deixa de ser apenas uma meta administrativa.

Passa a ser um compromisso nacional.

A transformação do sistema depende igualmente da integração das informações de saúde. Cada brasileiro deve possuir um Cadastro Nacional Integrado de Saúde, construído ao longo da vida, protegido por elevados padrões de segurança e acessível, quando autorizado, aos profissionais responsáveis pelo atendimento.

A inteligência artificial amplia significativamente a capacidade do sistema. Apoia diagnósticos, melhora o planejamento da atenção básica, identifica fatores de risco, reduz desperdícios, organiza filas, otimiza recursos e amplia a qualidade das decisões clínicas.

Como em toda esta Agenda, tecnologia não substitui pessoas. Ela amplia suas capacidades.

O fortalecimento da atenção básica permanece prioridade permanente. Prevenir continua sendo a política pública de maior retorno econômico, social e humano.

Universidades, hospitais, institutos de pesquisa, empresas inovadoras e o SUS devem atuar de forma integrada, transformando a saúde também em vetor de desenvolvimento científico, tecnológico e industrial.

Uma população saudável aprende melhor, trabalha melhor, empreende melhor, inova mais e vive com maior autonomia. A saúde amplia capacidades. E ampliar capacidades constitui uma das bases da prosperidade com igualdade de oportunidades.

Nenhuma sociedade alcança seu pleno desenvolvimento quando convive com medo permanente da doença ou com um sistema incapaz de responder no momento em que o cidadão mais necessita.

Uma sociedade saudável também precisa viver em liberdade e segurança. É sobre essa condição que trata o próximo capítulo.

RÉGUA DA PROSPERIDADE SAÚDE

OBJETIVO NACIONAL

Transformar o sistema de saúde em referência em prevenção, qualidade, longevidade saudável, inovação e atendimento oportuno.

- **Objetivo 1 · Vida Saudável** Ampliar em três anos a expectativa de vida saudável até 2035 e reduzir significativamente a incidência das principais doenças crônicas evitáveis.
- **Objetivo 2 · Atendimento no Tempo Certo** Eliminar as filas para consultas especializadas, exames e procedimentos de alta complexidade, assegurando atendimento em prazos compatíveis com a necessidade clínica.
- **Objetivo 3 · Cadastro Nacional Integrado de Saúde** Implantar um Cadastro Nacional Integrado de Saúde para toda a população brasileira, assegurando continuidade do cuidado, interoperabilidade entre os serviços e proteção integral dos dados.
- **Objetivo 4 · Transformação Digital** Universalizar prontuários eletrônicos interoperáveis e incorporar inteligência artificial aos principais serviços públicos de saúde.
- **Objetivo 5 · Desenvolvimento de Capacidades** Transformar a saúde em instrumento permanente de ampliação das capacidades humanas, fortalecendo aprendizagem, produtividade, longevidade, autonomia e qualidade de vida.

Quem verifica Ministério da Saúde, DATASUS, IBGE, ANS e Fiocruz.

Segurança

Segurança Pública e Estado de Direito

Nenhuma sociedade é plenamente livre quando seus cidadãos vivem condicionados pelo medo. A segurança pública deixa de ser apenas uma política de enfrentamento da criminalidade para assumir uma função mais ampla: proteger a liberdade, preservar o Estado Democrático de Direito e criar as condições indispensáveis para a prosperidade e a igualdade de oportunidades.

Não existe desenvolvimento sustentável onde a violência restringe a circulação das pessoas, compromete investimentos, enfraquece instituições e corrói a confiança da sociedade no próprio Estado.

A primeira responsabilidade de qualquer Estado democrático consiste em proteger seus cidadãos. Essa proteção começa pelo exercício exclusivo e legítimo da força pública, sempre subordinado à Constituição e às leis. Quando organizações criminosas disputam territórios, controlam atividades econômicas, infiltram instituições e desafiam a autoridade estatal, deixam de representar apenas um problema de segurança pública. Passam a constituir uma ameaça direta à soberania nacional, à democracia e ao funcionamento regular das instituições.

Esse desafio, entretanto, não esgota a realidade brasileira. A percepção cotidiana da insegurança decorre, sobretudo, da criminalidade que afeta diretamente a vida das pessoas. Roubos, furtos, assaltos, homicídios, violência doméstica e outras formas de violência restringem a liberdade individual, alteram hábitos, desorganizam a vida urbana e produzem uma sensação permanente de vulnerabilidade. Quando famílias deixam de ocupar espaços públicos, modificam seus trajetos ou limitam suas atividades por medo, o Estado deixa de cumprir uma de suas funções mais elementares.

Essas duas dimensões exigem respostas distintas, embora profundamente articuladas. O enfrentamento ao crime organizado depende de inteligência integrada, investigação financeira, cooperação entre União, Estados e Municípios, coordenação internacional, tecnologia, fortalecimento das polícias e recuperação integral da autoridade estatal sobre todo o território nacional. Já o enfrentamento da criminalidade cotidiana exige presença policial qualificada,

policciamento orientado por dados, capacidade de resposta rápida, elevada taxa de esclarecimento de crimes e políticas permanentes de prevenção da violência.

As duas estratégias, contudo, repousam sobre um mesmo fundamento: instituições íntegras. A corrupção nas organizações responsáveis pela aplicação da lei representa uma das mais graves violações do interesse público, pois rompe o vínculo de confiança entre Estado e sociedade e fortalece exatamente aqueles que deveriam ser combatidos. Por essa razão, a integridade institucional deve constituir objetivo permanente da política de segurança pública.

Ao mesmo tempo, seria um grave erro permitir que a conduta de poucos obscurecesse o compromisso da ampla maioria dos profissionais de segurança. Policiais honestos representam um dos principais ativos do Estado Democrático de Direito e precisam receber formação continuada, equipamentos modernos, inteligência operacional, proteção jurídica quando atuam dentro da legalidade, apoio psicológico e valorização profissional compatível com a responsabilidade que exercem. Fortalecer a autoridade do Estado significa, necessariamente, fortalecer aqueles que legitimamente a representam.

Prevenção, entretanto, permanece parte inseparável de uma política moderna de segurança. Educação de qualidade, inserção produtiva, esporte, cultura, fortalecimento dos vínculos comunitários e atenção à saúde mental reduzem fatores de risco e ampliam perspectivas para milhares de jovens. Essas políticas não substituem a ação policial nem a repressão qualificada ao crime. Da mesma forma, a repressão não substitui as políticas de prevenção. Sociedades que alcançam melhores resultados combinam as duas estratégias de maneira permanente e coordenada.

A segurança pública também exige instituições capazes de aprender continuamente. Inteligência artificial, análise de dados, integração de bases de informação, investigação financeira e novas tecnologias ampliam significativamente a capacidade do Estado de prevenir crimes, identificar organizações criminosas, otimizar recursos e orientar decisões operacionais. Tecnologia, porém, permanece instrumento. O fator decisivo continua sendo a qualidade das instituições e das pessoas responsáveis por utilizá-la.

A preservação da autoridade do Estado deve caminhar lado a lado com a preservação das liberdades individuais. Não existe incompatibilidade entre firmeza no combate ao crime e respeito aos direitos fundamentais. Ao contrário, uma democracia forte exige capacidade de aplicar a lei com eficiência, imparcialidade e absoluto respeito às garantias constitucionais. Segurança pública não representa uma exceção ao Estado de Direito; constitui uma de suas expressões mais importantes.

Nenhuma democracia prospera quando divide com organizações criminosas o monopólio legítimo da força. Nenhuma sociedade alcança seu pleno potencial quando o medo condiciona a

vida cotidiana de seus cidadãos. Restabelecer plenamente a autoridade do Estado significa devolver às pessoas a liberdade de viver, trabalhar, empreender, circular e construir seu futuro com segurança.

Ao proteger seus cidadãos e fortalecer suas instituições, o Brasil amplia simultaneamente sua liberdade, sua prosperidade e sua capacidade de projeção internacional. Segurança pública, nesse sentido, deixa de ser apenas uma política setorial e passa a integrar um projeto nacional de desenvolvimento.

RÉGUA DA PROSPERIDADE
SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO NACIONAL

Restabelecer a autoridade do Estado sobre o território nacional, protegendo a população, fortalecendo o cumprimento da lei, aumentando radicalmente o percentual de crimes esclarecidos e garantindo a liberdade de ir e vir com segurança, a prosperidade e a igualdade de oportunidades.

- **Objetivo 1 · Crime Organizado** Recuperar integralmente o controle estatal sobre áreas dominadas por organizações criminosas, reduzir significativamente seu patrimônio ilícito e fortalecer a inteligência integrada entre todas as instituições de segurança.
- **Objetivo 2 · Criminalidade Cotidiana** Reduzir em 50% os crimes violentos contra a pessoa e diminuir de forma consistente roubos, furtos e demais delitos que afetam diretamente a vida cotidiana da população.
- **Objetivo 3 · Integridade Institucional** Implantar programas permanentes de integridade, inteligência e controle nas instituições de segurança, responsabilizando com maior rigor agentes públicos que favoreçam organizações criminosas.
- **Objetivo 4 · Valorização Profissional** Assegurar formação continuada, equipamentos modernos, inteligência operacional, proteção jurídica, apoio psicossocial e valorização permanente dos profissionais de segurança pública.
- **Objetivo 5 · Desenvolvimento de Capacidades** Integrar prevenção, inteligência, tecnologia e repressão qualificada para ampliar continuamente a capacidade do Estado de proteger seus cidadãos, preservar a democracia e fortalecer as condições para o desenvolvimento nacional.

Quem verifica Ministério da Justiça e Segurança Pública, SENASP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, IBGE e Tribunais de Contas.

Inserção Internacional e Protagonismo Brasileiro

O Brasil na Nova Ordem Internacional

O Brasil deixou de atuar em um ambiente internacional relativamente estável. A reorganização geopolítica, a competição tecnológica, a disputa por cadeias produtivas estratégicas, a segurança energética, a inteligência artificial e a crescente rivalidade entre grandes potências alteraram profundamente o contexto em que o país buscará prosperidade nas próximas décadas.

A política externa deixa de constituir apenas uma dimensão diplomática da ação do Estado. Passa a integrar a estratégia nacional de desenvolvimento. A inserção internacional do Brasil deve ampliar simultaneamente prosperidade, soberania, inovação e capacidade de realização.

O país detém recursos que poucas nações dispõem, mas os subutiliza na arena internacional. Transformá-los em vantagens competitivas permanentes é a condição para uma inserção muito mais ambiciosa do que aquela construída até aqui.

Por essa razão, diplomacia, política industrial, inovação, defesa, educação, sustentabilidade, ciência e tecnologia deixam de atuar como agendas paralelas para integrar um único projeto de fortalecimento da posição brasileira no mundo.

A relação com as grandes democracias e com os principais polos econômicos deve orientar-se permanentemente pelo interesse nacional. O Brasil precisa ampliar sua integração econômica, diversificar mercados, fortalecer acordos internacionais, preservar sua autonomia estratégica e participar ativamente da construção das novas regras internacionais.

Diversificar relações internacionais significa reduzir vulnerabilidades. Concentrar exportações, investimentos ou cadeias produtivas em poucos mercados aumenta riscos que deixam de ser apenas econômicos para assumir dimensão estratégica.

A soberania também assume novos significados. Continua territorial, mas passa igualmente a ser tecnológica, energética, alimentar, científica, digital, ambiental e econômica. Preservá-la significa

ampliar continuamente a capacidade nacional de decidir livremente sobre seu próprio desenvolvimento.

Essa estratégia exige igualmente uma diplomacia renovada. O Itamaraty preserva sua tradição de profissionalismo, equilíbrio e respeito ao direito internacional, ampliando seu papel como articulador das capacidades nacionais. Empresários, pesquisadores, universidades, centros de inovação, investidores, cientistas e lideranças da sociedade civil passam a integrar permanentemente esse esforço de projeção internacional do Brasil.

Ao mesmo tempo, fortalecer a soberania exige uma capacidade de defesa compatível com a importância estratégica brasileira. Defesa nacional protege território, infraestruturas críticas, sistemas digitais, recursos estratégicos e a liberdade de decisão do Estado. O objetivo não é ampliar tensões, mas fortalecer a capacidade de dissuasão e preservar a autonomia nacional.

O Brasil reúne condições excepcionais para ocupar posição muito mais relevante na economia e na governança internacionais. Transformar essa possibilidade em realidade dependerá, mais uma vez, da capacidade de realizar as mudanças que o país reconhece como necessárias.

As doze frentes desta Agenda convergem para um único objetivo: transformar ativos em prosperidade, prosperidade em igualdade de oportunidades e igualdade de oportunidades em um projeto nacional permanente.

É essa convicção que conduz à conclusão desta Agenda.

OBJETIVO NACIONAL

Posicionar o Brasil entre as democracias mais competitivas, influentes e respeitadas do mundo, convertendo seus ativos estratégicos em prosperidade, soberania e liderança internacional.

- **Objetivo 1 · Diversificação Internacional** Ampliar acordos estratégicos, diversificar mercados e reduzir a dependência excessiva de produtos e destinos específicos.
- **Objetivo 2 · Competitividade Global** Dobrar a participação brasileira nas exportações de maior valor agregado e intensivas em conhecimento.
- **Objetivo 3 · Atração de Investimentos** Dobrar o investimento estrangeiro direto em setores intensivos em tecnologia, inovação, bioeconomia e transição energética.
- **Objetivo 4 · Soberania Estratégica** Fortalecer capacidades nacionais em tecnologia, defesa, energia, segurança digital, inteligência e infraestrutura crítica.
- **Objetivo 5 · Desenvolvimento de Capacidades** Transformar a inserção internacional em instrumento permanente de fortalecimento das capacidades científicas, tecnológicas, produtivas e institucionais do Brasil.

Quem verifica Ministério das Relações Exteriores, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Banco Central, IBGE e Ministério da Defesa.

Conclusão

A Agenda Imprescindível

A Agenda Imprescindível 2026 nasce da evolução da Agenda Inadiável de 2022. Ao revisitar cada um de seus capítulos, uma constatação tornou-se evidente: seus fundamentos permanecem corretos. O mundo, porém, mudou em velocidade muito superior à prevista. A inteligência artificial, a reorganização geopolítica, a transição energética e a economia do conhecimento ampliaram as oportunidades abertas ao Brasil, mas elevaram significativamente o custo da inação.

Esta Agenda parte de uma convicção simples. O Brasil não precisa descobrir um novo caminho de desenvolvimento. Precisa construir a capacidade de percorrê-lo.

Não nos falta potencial. O que tem faltado são condições objetivas para transformar potencial em realização.

Essa capacidade depende da decisão coletiva de promover as mudanças estruturais que o país já sabe serem necessárias e de remover as barreiras que ainda limitam o desenvolvimento das pessoas, das empresas, das instituições e da própria sociedade. É essa transformação que esta Agenda procura organizar.

Ao longo destas páginas defendemos uma ideia central: prosperidade e igualdade de oportunidades não pertencem a projetos distintos. Formam um único projeto nacional. A prosperidade amplia as oportunidades disponíveis para todos os brasileiros. A igualdade de oportunidades amplia a capacidade nacional de produzir prosperidade. Cada uma fortalece a outra.

Também sustentamos que nenhuma transformação duradoura será possível sem instituições capazes de entregar resultados. Por isso, a reforma política ocupa posição central nesta Agenda. Ela não representa apenas mais uma reforma. É a reforma que cria as condições para que todas as demais possam produzir resultados consistentes ao longo do tempo.

Da mesma forma, a política econômica cria as condições para o desenvolvimento, mas não o produz sozinha. Quem produz prosperidade são milhões de brasileiros que trabalham, empreendem, pesquisam, inovam, ensinam, investem e constroem valor todos os dias. O papel do Estado é remover obstáculos, desenvolver capacidades e criar um ambiente em que esse potencial possa florescer plenamente.

O custo da inação é o argumento mais honesto desta Agenda. Cada ano perdido representa menos crescimento, menos produtividade, menos oportunidades, menor competitividade e maior distância entre o Brasil que somos e o Brasil que podemos construir.

Esta Agenda não pretende encerrar o debate sobre o desenvolvimento brasileiro. Pretende elevá-lo. Não oferece respostas para todas as perguntas, mas organiza uma direção comum, estabelece prioridades, define metas verificáveis e reafirma um compromisso permanente com a democracia liberal, a prosperidade, a igualdade de oportunidades e a responsabilidade institucional.

Cada geração recebe um país como herança e o entrega como legado. A nossa será lembrada menos pelos diagnósticos que produziu do que pela capacidade de realizar as transformações que o Brasil reconhece, há décadas, como indispensáveis.

O Brasil pode ocupar um lugar muito mais relevante entre as democracias mais livres, prósperas, inovadoras e respeitadas do mundo. Essa possibilidade já existe. Transformá-la em realidade dependerá da qualidade das escolhas que fizermos, da persistência com que conduzirmos as reformas necessárias e da capacidade coletiva de transformar potencial em realização.

É hora de construir o Brasil que já demonstrou ser possível.

Integrantes

O Derrubando Muros é uma iniciativa da sociedade civil construída sobre um princípio simples: grandes projetos nacionais exigem pluralidade de experiências, diversidade de perspectivas e compromisso permanente com o interesse público.

Seus integrantes atuam em diferentes áreas do conhecimento e da vida nacional — empreendedorismo, ciência, educação, economia, tecnologia, segurança pública, saúde, meio ambiente, cultura, comunicação, direito, gestão pública e terceiro setor — unidos pela convicção de que o Brasil pode construir um novo ciclo de prosperidade com igualdade de oportunidades.

A diversidade de trajetórias não reduz a coesão do grupo. Ao contrário, amplia sua capacidade de compreender problemas complexos e formular propostas que dialogam com diferentes setores da sociedade brasileira.

A Agenda Imprescindível 2026 é fruto desse esforço coletivo.

Mais do que representar posições individuais, ela expressa uma construção colaborativa orientada pelo interesse público, pela democracia liberal, pela responsabilidade institucional e pela confiança na capacidade da sociedade brasileira de transformar potencial em realização.

Adalberto Luis Val	Helio Santos	Melina Risso
Alberto Kopittke	Horácio Lafer Piva	Miguel Lago
Alessandra Petraglia	Hussein Kalout	Miguel Reale Júnior
Ana Toni	Igor Marchesini	Milton Seligman
André Neves	Ilona Szabó	Mônica Sodré
Andrea Aguiar Azevedo	Irina Bullara	Natalie Unterstell
Andrei Netto	Israel Gottschalk	Nelson Jobim
Antônio Britto	Izabella Teixeira	Nelson Proença (em memória)
Antonio Lavareda	Jerson Kelman	Octavio Amorim
Antonio Prata	Joana Monteiro	Orlando Thomé
Aod Cunha	João Amoêdo	Patrícia Villela Marino
Armínio Fraga	João Carlos Brum Torres	Paulo Knapp (em memória)
Baeta Neves	João Jornada	Pedro de Camargo Neto
Benjamin Sicsú	João Tavares	Pedro Doria
Beto Veríssimo	Jorge Polydoro	Pedro Hallal
Bia Saldanha	José Cesar (Zeca) Martins	Pedro Simões

Caio Bianchi	José Eduardo Martins	Philip Yang
Carlos Melo	José Pedro Goulart	Priscila Cruz
Carô Evangelista	Juan Carlos Castilla-Rubio	Rafael Parente
Carolina Ricardo	Julia Cruz	Ramiro Severo
Christian Kieling	Julia Marisa Sekula	Raul Jungmann (em memória)
Christian Lynch	Juliano Assunção	Raul Juste Lores
Claudinei Biazoli	Juliano Seabra	Renata Piazzon
Conrado Hübner	Laura Machado	Ricardo Matsumura Araujo
Cristovam Buarque	Lourdes Sola	Ricardo Chaves
Dalvani Lima	Luana Génot	Ricardo Henriques
Daniel Bramatti	Lucas Fucci Amato	Ricardo Monte Rosa
Daniel Pinheiro	Lucia Hauptman	Ricardo Piquet
David Zylbersztajn	Luciana Guimarães	Ricardo Rangel
Eduardo Jorge	Luiz Augusto Barroso	Roberto Alvarez
Eduardo Wurzburg	Marcello Brito	Roberto Freire
Estevão Ciavatta	Marcelo Madureira	Roberto Pedote
Fabio Alperowitch	Marcelo Trindade	Roberto Waack
Fábio Bernardi	Márcio Fortes	Robson Capasso
Felipe Feldens	Marco Ruediger	Rodrigo Tavares
Felipe Pimentel	Marcos Jank	Rogério Studart
Felipe Seligman	Marcos Wortmann	Samuel Pessôa
Fernando Abrucio	Marcus Barão	Sérgio Besserman Vianna
Fernando Gabeira	Maria Cristina Nascimento	Sergio Fausto
Fernando Brigidini	Marina Shlessarenko Barreto	Sergio Wulff Gobetti
Fernando Lottenberg	Marisa Moreira Salles	Silvio Meira
Fernando Mello	Marluce Dias	Simão Jatene
Fersen Lambranco	Marta Arretche	Tabata Amaral
Flavio Bartmann	Matheus Drummond	Tasso Azevedo
Gabriel Goldmeier	Matheus Marlisson	Teka Vendramini
Germano Rigotto	Maurício Moura	Tom Rebello
Guilherme Melles	Maurício Rands	Tomas Alvim
Guilherme Setúbal	Mauro Calliari	Vinícius Wu
Helena Backes	Mauro Dorfman	Vitor Knijnik
Helio Mattar	Mauro Dutra	Yacoff Sarkovas